

Esperança de recuperação

AO visitar Verona há poucos dias, o presidente italiano Oscar Scalfaro acenou com o novo caminho da vida nacional — limpo, nítido e transparente. Scalfaro falou assim na cidade recordista, depois de Milão, em número de indiciados por corrupção, concussão e violação da lei sobre o financiamento dos partidos — 160 mandados de prisão, em 12 meses.

HÁ sempre esperança de recuperação, mesmo quando a vida política tiver decaído para os mais baixos níveis de decoro e de ética. Há sempre refúgio, nas instituições, contra a cultura da corrupção e da impunidade, ainda que enraizada há décadas, como na Itália.

AS instituições não são fatalmente conservadoras e propensas a reproduzir a cultura vigente. Podem ser renovadoras.

NA Itália, a esperança brotou de dentro de uma instituição, o Judiciário, provocado por um caso que não parecia destinado a produzir maior repercussão. Era uma empresa de limpeza a denunciar o diretor socialista de um asilo municipal, que pedira cerca de seis mil dólares de propina para renovar o contrato. Foi o início de uma série de denúncias contra todas as esferas de poder. Levando até o fim aquele caso, a Justiça reacendeu as esperanças.

ESSA Revolução Gloriosa à italiana, chamada de "Revolu-

ção das togas", combinou a destemida ação antimáfia dos juízes Giovanni Falcone e Paolo Borsellino com a investigação pertinaz do processo das "mãos limpas", do juiz Di Pietro.

No Brasil, é o Legislativo que está a concentrar os olhares. Que, embora aparentem desencanto, se traem pela atenção prestada aos fatos; pelos índices de audiência obtidos nas transmissões de sessões da Comissão Parlamentar de Inquérito. Também aqui há esperança a se assentar sobre uma instituição: o Congresso.

O QUE se espera, é que o Legislativo não se detenha no episódico. E saiba avançar até o estrutural.

NA Itália, não se pediu o fechamento do Legislativo, porque a Justiça pediu a suspensão da imunidade parlamentar de cerca de 200 onorevoli (é o tratamento que lhes é dispensado). Mas se avançou, da investigação das propinas recebidas por políticos e por dirigentes de estatais, dos depósitos de partidos ou políticos individuais em bancos suíços, para um plebiscito, sob pressão da vontade popular manifesta de ver modificadas as regras do jogo político; e, depois, para a reforma da lei eleitoral.

DA mesma maneira, nada há que temer da CPI do Orçamento,

pelo lado da instituição. Ela estará firme, na medida em que estiver cumprindo seu dever de apurar. Ela estará viva, na medida em que souber reagir ao mal encontrado em si. A instituição parlamentar vale qualquer esforço. Vale o trabalho mais extenuante, como o de encontrar provas daquilo que ordinariamente não deixa provas. Especialmente, a instituição vale mais que qualquer um de seus membros, presentes e futuros. Ela é feita para subsistir, enquanto estes passam.

ETÉM às vezes que passar, por exigência da própria instituição; a exigência que se chama, um pouco eufemisticamente, de decoro parlamentar.

DECORO parlamentar é sobre-tudo conceito, credibilidade, outro nome da legitimidade. Sem credibilidade, a legitimidade do mandato parlamentar é apenas um diploma na parede. E manter o mandato em nome dessa legitimidade vazia e meramente formal é ferir a instituição. Mesmo que se trate de mandato renovado n vezes: o que conta, não são anos; e sim o exercício do mandato, medido pela majestade da instituição.

OINDECOROSO não se esconde; denuncia-se, repudia-se. E as "mãos limpas" não serão as que não o tiverem tocado. Serão as que o tiverem lancetado, no corpo social. Mãos limpas porque operosas.